

CONJUNTOS HABITACIONAIS E SEGREGAÇÃO LABORAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

SUELLEN BATISTA DOS SANTOS PARREIRA

Universidade Federal de Uberlândia | Brasil
suellen.geo.ufu@gmail.com

ALESSANDRO GOMES ENOQUE

Universidade Federal de Uberlândia | Brasil
alessandroenoque@gmail.com

CARLOS ROBERTO LOBODA

Universidade Federal de Uberlândia | Brasil
loboda@ufu.br

RESUMO: A organização espacial da cidade ou, simplesmente o espaço urbano é fruto das relações de trabalho, dos agentes sociais que são essenciais para a produção do espaço. Nesse sentido, objetivamos neste trabalho estabelecer um diálogo sobre a questão da segregação socioespacial com a segregação laboral, enquanto resultado da expansão recente das cidades brasileiras. Ressaltamos que nosso foco está no surgimento dos novos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, sendo um dos principais vetores desse crescimento, implantados cada vez mais distantes das áreas centrais das cidades, provocando a segregação laboral. Este artigo irá trazer alguns apontamentos teóricos sobre a segregação socioespacial, trazendo abordagens dos autores, discutiremos a política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida no processo da segregação laboral, sendo este o foco principal deste trabalho, a partir do qual constatamos que a segregação laboral presente nos conjuntos habitacionais surge através dos impactos causados através da segregação socioespacial.

Palavras-chave: Habitação Popular; Segregação Socioespacial; Segregação Laboral, Trabalho, Políticas Públicas.

POPULAR HOUSING AND LABOUR SEGREGATION: A POSSIBLE DIALOGUE

ABSTRACT: The spatial organization of the city or simply the urban space is the result of the labor relations, of the social agents that are essential for the production of space. In this sense, we aim to establish a dialogue on the issue of socio-spatial segregation with labor segregation, as a result of the recent expansion of Brazilian cities. We emphasize that our focus is on the emergence of the new housing assemblies of the My House My Life Program, of the federal government, being one of the main vectors of this growth, implanted more and more distant from the central areas of the cities, causing labor segregation. This article will bring some theoretical notes on socio-spatial segregation, bringing approaches from the authors, we will discuss the housing policy of the My House My Life Program in the process of labor segregation, This being the main focus of this work, from which we can see that the labor segregation present in the housing complexes arises through the impacts caused by the socio-spatial segregation.

Keywords: Popular housing; socio-spatial segregation; labor segregation, labor, public policies.

CONJUNTOS HABITACIONALES Y SEGREGACIÓN LABORAL: UN POSIBLE DIÁLOGO

RESUMEN: La organización espacial de la ciudad o, simplemente, el espacio urbano es fruto de las relaciones de trabajo, de los agentes sociales que son esenciales para la producción del espacio. En ese sentido, Objetivamos en este trabajo establecer un diálogo sobre la cuestión de la segregación socioespacial con la segregación laboral, como resultado de la reciente expansión de las ciudades brasileñas. Destacamos que nuestro enfoque está en el surgimiento de los nuevos conjuntos habitacionales del Programa Mi Casa Mi Vida, del gobierno federal, siendo uno de los principales vectores de ese crecimiento, cada vez más distantes de las zonas centrales de las ciudades, provocando la segregación laboral. Este artículo traerá algunos apuntes teóricos sobre la segregación socioespacial, trayendo enfoques de los autores, discutiremos la política habitacional del Programa Mi Casa Mi Vida en el proceso de la segregación laboral, siendo éste el foco principal de este trabajo, a partir del cual constatamos que la segregación laboral presente en los conjuntos habitacionales surge a través de los impactos causados a través de la segregación socioespacial.

Palabras-clave: Vivienda Popular; segregación socioespacial; segregación Laboral, Trabajo, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Ao discutirmos a temática da segregação socioespacial, entendemos que a cidade, como ela é hoje, é fruto do sistema capitalista de produção, que molda o espaço de acordo com as suas necessidades, ou seja, o nosso espaço especificamente o urbano está cada vez mais sendo modificado, passando por um processo de transformação compreendido por Santos como uma “metamorfose do espaço habitado” (SANTOS, 1988), dando a ela novas configurações nas lógicas econômicas.

A proposta aqui apresentada tem por objetivo a discussão acerca da segregação socioespacial e segregação laboral a partir do ano de 2009 que foi o período em que o governo federal implementa a Lei que favorece a habitação popular. Entretanto através de pesquisas desenvolvidas em relação às políticas públicas habitacionais como por exemplo o Minha Casa, Minha Vida, explicam que a localização desses empreendimentos (geralmente localizados nas periferias), têm gerado impactos ao espaço urbano que afetam suas três dimensões: a social, a econômica e a ambiental (WHITAKER, 2012; ROLNIK e NAKANO (2009) e CARDOSO, 2012).

Neste trabalho intentamos trazer uma reflexão acerca deste impacto na dimensão social e econômica, com o foco na relação existente entre segregação laboral e o novo perfil de moradia no Brasil, fruto das políticas públicas de habitação. Inicialmente é importante ressaltar que nos últimos anos, a segregação socioespacial no território brasileiro ficou mais evidente, levando em consideração as novas áreas residenciais populares através da implantação dos conjuntos habitacionais, principalmente a partir do lançamento da primeira etapa do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV em março de 2009. Em seguida especificamente em 2011, foi lançada a segunda etapa do Programa, com o objetivo de construir mais dois milhões de habitações, chegando à meta de 3,4 milhões em 2014. Tal fato tem gerado impactos importantes na estruturação das cidades deixando, cada vez mais em evidência, os setores urbanos/periféricos, principalmente pela distância na qual estes novos bairros foram implementados.

A construção destas unidades habitacionais tem ampliado a expansão territorial, favorecendo as famílias de baixa renda com direito a casa própria. Porém, sabe-se, que ao mesmo tempo em que essas famílias são beneficiadas pela moradia popular, elas também sofrem consequências que refletem justamente na localização do novo local de moradia.

Por consequência da ação de determinados “agentes produtores do espaço urbano” (CORRÊA, 2005), na maioria dos casos, estes conjuntos habitacionais são implantados cada vez mais distantes do acesso ao local de trabalho, aos serviços e demais locais, ou seja, aumentando também as distâncias a serem percorridas pelos moradores, uma vez que nestas novas áreas residenciais não há uma estrutura adequada para o atendimento das demandas comerciais, e além disso provocando uma segregação não apenas socioespacial mas também laboral.

Esta segregação acontece através das desigualdades sociais que ocorrem no espaço urbano e isso gera um impacto negativo justamente porque o indivíduo se torna segregado ao mercado de trabalho muitas das vezes pelo fato de morar longe em uma determinada parte da cidade e essa realidade é vista no interior dos bairros. Desta maneira isso faz gerar o surgimento de pequenos comércios criados de maneira improvisada, que além de ajudar na renda familiar, é um tipo de atividade laboral que atende as necessidades da população do próprio bairro.

O impacto urbanístico desta localização nas cidades e sobre a vida das famílias tem sido trabalhado na literatura através do conceito de segregação socioespacial, tópico que se constitui uma das articulações mais frequentes, mas também mais difíceis de estabelecer na teoria e na investigação das ciências sociais: a que liga as dimensões econômicas, culturais e políticas com as dimensões espaciais da realidade social (SABATTINI e SIERRALTA, 2005).

O acesso ao mercado de trabalho formal para os jovens que passam a habitar esses novos locais de moradia, principalmente nos jovens que passam a viver nos conjuntos

habitacionais, é refletido de certa forma em grande parte das cidades brasileiras. Isso acontece porque essas novas moradias estão cada vez mais distantes do local de trabalho, dos equipamentos de uso coletivo e de saúde, distantes do ensino básico de educação e, principalmente, distante do ensino superior.

Uma realidade que hoje é vista no Brasil é o grande número de jovens deixando os estudos, e conseqüentemente isso reflete no mercado de trabalho, tornando cada vez mais escassa a mão-de-obra qualificada. A segregação socioespacial formata o trabalho dos indivíduos ali colocados, uma vez que eles são obrigados a ocupar o novo local de moradia, entretanto o acesso ao trabalho é dificultado também pela ausência de transporte público de qualidade, sendo também um dos grandes problemas vivenciado nos conjuntos habitacionais. Enfim, um contexto que se impõe para pensarmos a cidade como um todo, enquanto o local de sociabilidade, da coletividade, pois cada vez mais, se nos apresenta enquanto um espaço segregado por consequência, fragmentado.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: ASPECTOS TEÓRICOS

Compreendermos a ideia do processo da segregação do trabalho ocasionada pela segregação socioespacial é de fundamental importância. Para tanto, é fundamental uma abordagem teórica sobre o que é segregação, ou seja, é necessário uma breve revisão do conceito, relacionando os principais atores que influenciam e/ou, são influenciados neste processo.

Podemos afirmar, inicialmente, que o espaço urbano é um elemento indispensável para se compreender as relações entre a sociedade, tanto os processos socioeconômicos, quanto os culturais e políticos. Sendo assim, o fenômeno da segregação social não é recente, uma vez que, desde a sociedade antiga, esse fato já estava presente. Negri (2008), discute tal realidade afirmando que,

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, pois, desde a antiguidade, a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação socioespacial. Cidades gregas, romanas, chinesas possuíam divisões definidas social, política ou economicamente. (NEGRI, 2008, p.130).

Para alguns pensadores, da escola de Chicago tais como Roderick Duncan McKenzie e Ernest Watson Burgess e Robert Ezra Park, o surgimento do conceito de segregação urbana surgiu em meados do século XX nos anos 1930-1940, quando esses sociólogos realizavam estudos para explicar a vida social.

Naquela época, o termo segregação já era utilizado para tentar explicar como ocorria este processo a partir da localização das residências de determinadas famílias por intermédio da renda socioeconômica. Vieira e Melazzo (2003) referem-se ao assunto dizendo que,

A Escola de Chicago, ou melhor, alguns dentre os seus vários pensadores, em seus estudos urbanos, entendiam que a segregação urbana constituía-se em características presentes em todas as cidades, interessando-lhes constatar, a partir da simples observação da paisagem, se realmente a segregação urbana se confirmava, a partir da localização dos diferentes grupos/indivíduos ou classes de renda em lugares distintos e separados, apontando e destacando, dessa forma, a segregação como um processo decorrente das preferências individuais de cada um (VIEIRA; MELAZZO, 2003, p. 162).

Nesse contexto, entendia-se que o indivíduo ou um determinado grupo social fazia a escolha do local de moradia de acordo com as suas necessidades “sem se preocupar” com a

classe social no qual estava inserido e sem levar em conta o que de fato estava provocando essa segregação.

Nessa corrente de pensamento a segregação urbana era vista como “um fato natural, comum e inerente do processo de urbanização, não sendo, desta forma, necessário ou importante analisar e entender os atores/agentes, as causas e os fundamentos deste processo” (VIEIRA; MELAZZO, 2003, p. 163).

Reforçando esta ideia, Park (1970, p. 29) diz que,

Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e por conseguinte a classificar as populações das grandes cidades. Dessa forma a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem planejada.

Assim, no que se refere a segregação nas cidades americanas, sobretudo nas cidades dos Estados Unidos, esses pensadores entendiam que era um processo que ocorre de forma natural, por exemplo, através dos grupos sociais de culturas distintas. Nesse contexto temos a contribuição de Park (1970) dizendo que,

[...] dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas. (PARK, 1970, p.64).

Segundo Souza (2006) anos depois, este mesmo conceito foi abordado por Lefèbvre, Castell e Harvey que tentaram explicar o fenômeno e o conceito de segregação social na visão marxista, no viés da Escola de Sociologia Urbana Francesa em 1960-1970. Tais autores passaram a explicar que a segregação social poderia ser causada através das desigualdades, provocadas pela urbanização de uma sociedade capitalista.

Ainda para Souza (2006),

Castells e Harvey, na esteira de vigorosas e pertinentes críticas endereçadas ao pensamento conservador nos estudos urbanos (especialmente à Escola de Chicago, que floresceu nas décadas de 20 e 30), promoveram uma espécie de “desnaturalização” da análise da produção do espaço urbano. Ambos historicizaram os problemas sociais manifestados na cidade, encarando o espaço urbano como um produto social e os “problemas urbanos” como problemas relacionados com a dinâmica das relações de produção e a estrutura de poder na sociedade capitalista (SOUZA, 2006, p. 25-26).

Esta visão marxista deixa claro que a segregação deixa de ser algo natural e que está relacionado com a estrutura da sociedade capitalista. Entretanto, é de fundamental importância compreendermos a visão desses autores no que tange a segregação. Primeiramente, iremos discutir a segregação na visão do francês Henri Lefebvre, sendo o primeiro autor filósofo e sociólogo de origem marxista a abordar a segregação como sendo o um fenômeno social e espacial.

Segundo Lefebvre (2001),

a segregação deve ser focalizada em seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob pretexto de arrumação e de plano). (LEFEBVRE, 2001, p.94).

Ainda para o autor,

o fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: ecológicos (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano” por deslocação de seus elementos arquitetônicos), sociológico (níveis de vida, etnias, culturas e subculturas etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 94).

Para Lefebvre a segregação é causada por causas sociais e políticas, pois,

os poderes públicos num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim frequentemente adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sempre (LEFEBVRE, 2001, p. 95).

Outro autor que enfatiza a segregação é Manuel Castells um sociólogo espanhol, que aponta, principalmente, para a importância do papel exercido pelas políticas públicas habitacionais no processo de segregação (SALAS e CASTRO, 1993, p. 20–21). Este autor traz a importância relacionado às questões políticas no processo da segregação socioespacial principalmente na atuação exercido pelos agentes políticos na produção do espaço urbano e na sociedade capitalista.

Castells (2000), traz uma definição do conceito de segregação socioespacial se baseando numa separação espacial das diferentes classes sociais no interior das cidades, não apenas como uma diferença de locais, “mas como capacidade de deslocamento e de acesso em relação a pontos estratégicos da rede urbana” (CASTELLS, 2000, p.262).

Para a compreensão do que seja a segregação socioespacial, autores brasileiros tais como Villaça (2001), destacam o seu pensamento em relação ao tema, contribuindo para a discussão sobre a temática. Dessa forma, a segregação social é definida como uma “tendência à concentração de determinado grupo social em área específica, sem, portanto haver exclusividade” (VILLAÇA, 2001, p. 21), ou seja, Villaça quer dizer que são diferentes grupos sociais ocupando a mesma cidade.

Complementando esta ideia Canettieri; Pereira; Liberato (2015, p. 5) afirmam que, “no capitalismo, a segregação se organiza a partir de uma estrutura de classes e, o modo de produção, organizado a partir dessa separação, se materializa no espaço das cidades”. A partir disso, podemos compreender que essa materialização no espaço das cidades é causada pela ação dos agentes produtores do espaço urbano, que agem através das políticas públicas.

Ao relacionarmos a segregação socioespacial com a ação das políticas públicas, Silva (2009 p. 129) destaca que “a segregação socioespacial é induzida pelo poder público”, promovendo a valorização do espaço urbano, gerando ocupações dispersas com elevados custos sociais. Neste sentido podemos pensar no surgimento dos condomínios fechados que é pensado para a população de mais alta renda.

Assim sendo, ao se pensar no Estado como um dos principais agentes que produzem e reproduzem os espaços nas cidades e também nos agentes imobiliários que com suas articulações e parcerias promovem mudanças na estrutura do espaço urbano. A atuação do Estado pode ser exemplificada com a atuação das políticas de habitação do governo federal com a criação dos conjuntos habitacionais de faixa 1 que são destinados para a população de mais baixa renda,

Reforçando esta ideia, Villaça (2001) menciona a segregação como involuntária. Para o autor “a segregação involuntária ocorreria quando o indivíduo ou uma família se vêem obrigados, pelas mais variadas forças, a morar num setor ou deixar de morar num setor ou bairro da cidade” (VILLAÇA, 2001, p. 147) com isso, entende-se que não apenas o Estado é o

agente responsável pela segregação que ocorre nas cidades, mas também o agente imobiliário levando os ricos para as áreas nobres da cidade e os pobres para as áreas menos valorizadas, e a partir da criação dos conjuntos habitacionais no Brasil isso fica cada vez mais evidente.

Kowarick (2000) ressalta o papel que o Estado cumpre no processo de exclusão. Segundo o autor,

o papel do Estado é fundamental, não só pelas razões já arroladas, mas também porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social (KOWARICK, 2000, p. 23).

Complementando a ideia do autor, no processo da exclusão Klintowitz e Rufino (2014) afirmam que,

Quando se passou a analisar o processo de implementação dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas, verificou-se a predominância de localizações periféricas, muitas vezes fora dos municípios polos, e o predomínio de grandes conjuntos habitacionais. Tais características tendem a reforçar, em territórios já precários, situações de exclusão socioterritorial, comprometendo a qualidade de vida das famílias beneficiadas frente a ampliação de dificuldades de acesso a equipamentos, serviços e emprego (KLINTOWITZ, RUFINO, 2014, p. 118).

Desta forma o Estado é o agente responsável por desempenhar função primordial na organização socioeconômica do espaço urbano. Seguindo a lógica de pensamento marxista, o Estado promove as condições gerais de produção e garante o processo de reprodução ampliado do capital (HARVEY, 1980; 2011; 2012; LEFEBVRE, 2001; KOWARICK, 2000).

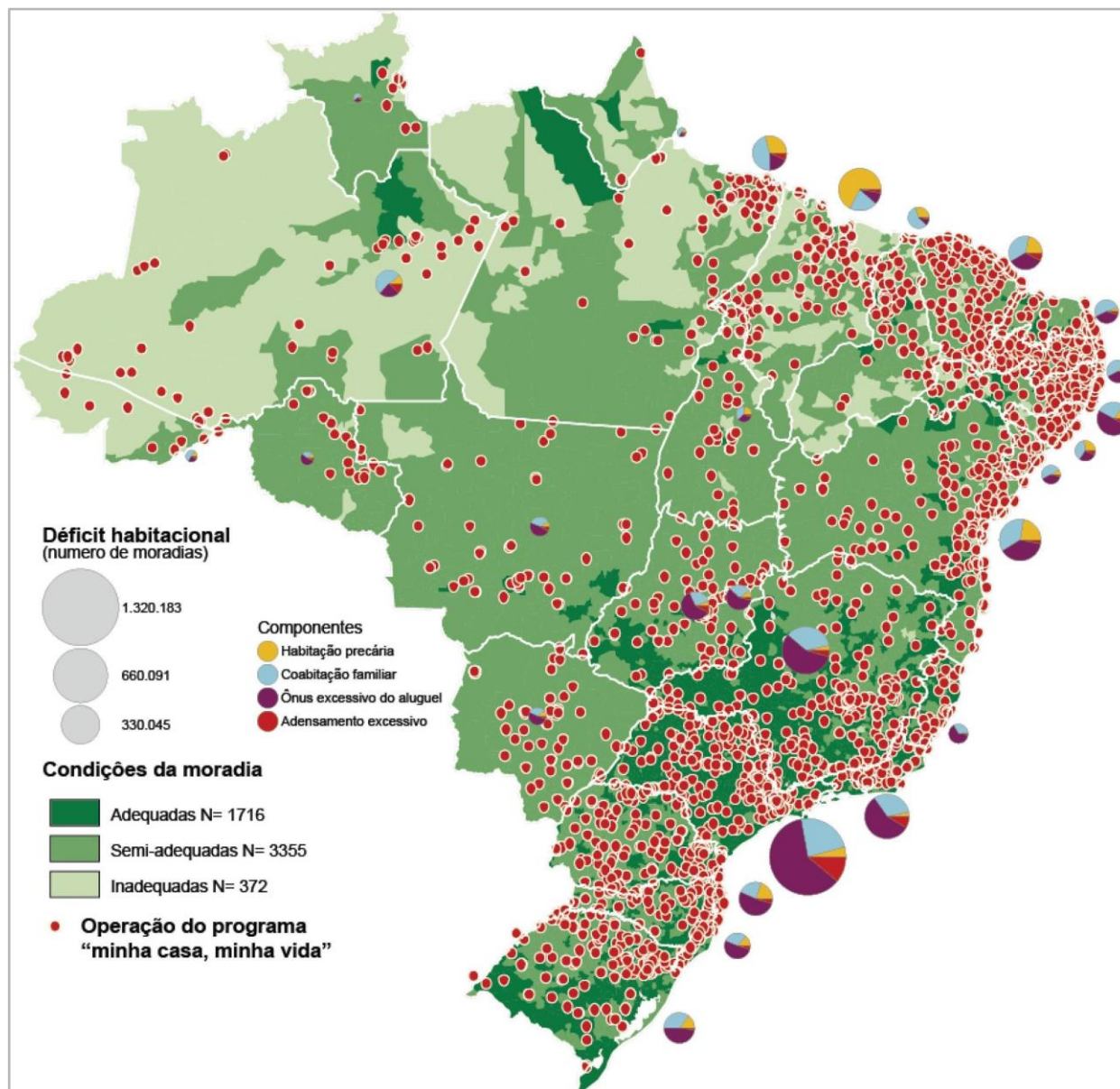
POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

As cidades brasileiras desde o século XX vem passando por importantes transformações no âmbito da produção do espaço, resultante de políticas urbanas de habitação, principalmente com a atuação do Estado que tenta solucionar o problema da moradia no Brasil como por exemplo o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1970 e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no século XXI, favorecidos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Mais recentemente podemos destacar o Programa Minha Casa Minha Vida que é considerado uma das principais ações do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) com o intuito de solucionar o problema habitacional do país e, ao mesmo tempo, incentivar a geração de empregos, sobretudo, no setor da construção civil.

O programa foi lançado pela Lei Nº 11.977 de julho de 2009 que também instituiu a regularização fundiária e o custeio de moradia à população de baixa renda. O objetivo inicial do Programa era de construir um milhão de novas moradias no país e criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais. Inicialmente a primeira etapa do programa entre 2009 e 2011 cumpriu com a entrega de um milhão de novas moradias a população com renda de até dez salários mínimos. Com os estudos de Hervé Théry e Neli Aparecida de Mello-Théry (2018) ação do Programa Minha Casa Minha Vida no território brasileiro, ocorreu principalmente nas regiões nordeste, sudeste e sul (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição das ações do Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte - Hervé Théry e Neli Aparecida de Mello-Théry, Atlas do Brasil, 2018.

De acordo com dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) constatamos que a construção das habitações entregues ao longo da existência do programa empregou 3,5 milhões de trabalhadores além de um total de 110 bilhões em investimentos do programa (Quadro 1).

Quadro 1 - Investimentos do Programa de Maio de 2009 a Dezembro de 2018

Unidades Habitacionais Contratadas	Unidades Habitacionais Entregues	Total de Investimento pelo Orçamento Geral da União
5.567.032	4.087.628	R\$ 110 bilhões

Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC

A partir do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, o risco da segregação socioespacial foi levantado, mesmo antes da contratação dos empreendimentos, antevendo-se os problemas que poderiam vir em decorrência da localização distante da malha urbana.

Alguns pesquisadores tais como Rolnik e Nakano (2009) afirmam que,

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem consequências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana. As longas viagens diárias entre a residência e os locais de trabalho ou de ensino congestionam as vias e os transportes coletivos, prejudicando a qualidade de vida coletiva. (ROLNIK e NAKANO, 2009, n.p).

A análise do Programa Minha Casa Minha Vida no processo da segregação permite um melhor entendimento em relação aos agentes envolvidos na produção do espaço urbano, sendo que o mesmo busca atender as famílias de diferentes faixas de renda, as quais passam a morar em localizações diferenciadas.

Tal fato evidencia as desigualdades entre a habitação de interesse social e a habitação popular de mercado, cujos resultados permitem melhor distinguir as nuances que caracterizam as relações entre o Estado, o setor da construção civil e a incorporação imobiliária.

Embora os conjuntos habitacionais fruto de ação política pensado para reduzir o déficit habitacional no país, de certa forma, apesar de ter sido um benefício para muitas famílias brasileiras que saíram do aluguel e passaram a ter condições de morar na casa própria, pagando uma parcela acessível, são pensados por classes sociais e são capazes de criar novos territórios nas cidades na maioria das vezes colocando a população mais pobre distante da cidade provocando um “isolamento social dos pobres” (BAUMAN, 2003).

A dinâmica urbana brasileira é modificada através da pressão dos setores imobiliários ocasionando uma fragmentação e mercantilização do solo urbano o tornando cada vez mais fragmentado e segregado, a expansão das cidades passa a potencializar inúmeras desigualdades.

Isso quer dizer que o espaço urbano é alvo de inúmeras transformações, algo que chama atenção é como esses indivíduos são excluídos ou são obrigados a se excluírem. Como exemplo disso, podemos mencionar a segregação que ocorre nos bairros, de modo geral o distanciamento do indivíduo é refletido não apenas na moradia, mas também, no acesso em determinados locais como para uso de serviços de saúde, educação, dentre outros.

Desde então, observa-se nas cidades brasileiras a expansão do PMCMV, porém, a falta de infraestrutura traz problemas principalmente relacionados ao planejamento urbano como, por exemplo, a entrega das moradias sem escolas no local ou por perto, sem posto de saúde, sem comércio que possa atender as demandas da população, além do fato de que esses conjuntos habitacionais provocam a segregação do trabalho.

COMO OCORRE A SEGREGAÇÃO LABORAL?

Diante do que foi exposto, entendemos que o processo de segregação socioespacial causa um impacto na sociedade, refletindo também no acesso ao mercado de trabalho. Tal fato é reproduzido também nos jovens que passam a morar nos conjuntos habitacionais criados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que na maioria das vezes não possuem um ensino de qualidade, muitos abandonam a escola e não tem mão-de-obra qualificada para concorrer a uma vaga de emprego, enfim, resultando numa forma de exclusão social.

Neste contexto podemos compreender que o acesso desses jovens ao ensino nem sempre traz um resultado positivo, são jovens de baixa escolaridade que têm dificuldade na inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Essa exclusão acontece principalmente com aquele grupo social de baixa renda.

Podemos relacionar essa ideia, exemplificando às comunidades que temos nas grandes cidades brasileiras, na qual a segregação presente naquele espaço retrata a segregação como uma estrutura econômica, deixando em evidência que as pessoas que habitam aquele determinado espaço é mantida segregada por não terem condições financeiras de adquirir um lote em uma área nobre da cidade, ou seja, o “espaço vem sendo utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade” (SANTOS, 1973, p. 74).

Sendo assim, no espaço urbano, a segregação socioespacial sempre existiu desde o surgimento das favelas nas grandes cidades brasileiras, como, por exemplo no Rio de Janeiro, com as ocupações dos morros.

Para tanto, Maricato (2001) afirma que,

Na medida em que as habitações coletivas foram sendo afastadas dos bairros centrais e seus moradores obrigados a procurar outra alternativa de habitação, surgia uma nova forma de *habitat* - a favela - com a ocupação de morros próximo ou regiões periféricas ao centro da cidade, em terrenos alagadiços, margens de canais, rios e mangues, áreas a princípio sem interesse para o mercado imobiliário privado (MARICATO, 2001, p.83).

Esta afirmação que a autora nos traz mostra que a exclusão social que é vista nas periferias principalmente nas grandes cidades refletem nas desigualdades sociais em relação ao local de moradia. Ao mesmo tempo, os agentes que atuam na produção do espaço também é produtor da exclusão social tornando o espaço segregado. As periferias são locais de exclusão da sociedade, são áreas segregadas formadas por grupos excluídos.

Reforçando a ideia de Maricato (2001) em relação a moradia no Rio de Janeiro, Sousa (2003, p.48) afirma que,

O homem empobrecido no Rio de Janeiro sempre foi segregado do direito de morar em determinados espaços da cidade, especialmente naqueles ditos nobres. No final do século XIX e início do século XX, houve o desmonte dos cortiços que ao tentar afastar os empobrecidos dos espaços nobres acabou potencializando a expansão de um novo tipo de agrupamento habitacional que vinha surgindo – as favelas, que passaram, também, a ser “perseguidas”, devido a razões mais variadas, durante todo o século XX.

Para tanto, esta realidade embora não acontece no país como um todo, pode ser comparada com a atual realidade vivenciada no Brasil através da moradia popular, oriundos de políticas públicas de habitação com a criação de conjuntos habitacionais de interesse social, nas cidades brasileiras.

Como objetivamos discutir, a segregação como uma estrutura econômica, compreendemos que a segregação atua sobretudo na produção da força de trabalho. Portanto essa segregação representa “uma forma de exploração da força de trabalho tanto no momento produtivo como na reprodução da força de trabalho como tal” (CANETTIERI; PEREIRA; LIBERATO, 2015, p.9).

Entendemos que sociedade brasileira está associada a uma economia moderna, entretanto, ainda temos no Brasil milhões de brasileiros excluídos do mercado de trabalho. Isso resulta no processo de exclusão nas mudanças econômicas ou políticas. As políticas públicas criadas para atender as necessidades das pessoas acabam falhando por não fornecer ao indivíduo as necessidades básicas para se manter no mercado de trabalho.

Nesse sentido, os conjuntos habitacionais do faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida acabam por potencializar a segregação dos indivíduos. A segregação não é apenas socioespacial mas também laboral. Podemos melhor compreender essa relação primeiramente pela localização dos conjuntos habitacionais que são construídos em áreas afastadas, por serem classificados no faixa 1 do programa as famílias declaram baixa renda, a qual não pode passar de R\$ 1.800,00.

Neste âmbito, levando em consideração as despesas que a família tem, essa renda se torna insuficiente para sustentar a família, na maioria dos casos muitos não têm veículo próprio para poder acessar determinados locais da cidade que são básicos como: saúde, educação, trabalho, comércio, dentre outros.

Partindo deste princípio há de certa forma uma ausência do comércio que deveria estar presente para atender as demandas da população, por este motivo surge a necessidade de se criar na própria residência de modo improvisado, um pequeno comércio. Com o decorrer do tempo essa prática se torna cada vez mais frequente nos conjuntos habitacionais, ou seja, a crise econômica vivenciada no país e a necessidade de se ter uma renda a mais, acaba levando as pessoas a agir dessa forma. E os jovens por necessidade acabam abandonando os estudos para poder trabalhar e ajudar nas despesas da casa.

Esse abandono dos estudos faz com que muitos não possuam uma qualificação suficiente para ingressar no mercado de trabalho. Esse fato é presente nas periferias, onde muitos jovens por não terem acesso ao trabalho formal em algumas cidades como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, o grande número de jovens sem emprego acaba sendo direcionados para a criminalidade, por exemplo, contribuindo para que a violência seja cada vez mais frequente.

Nesse sentido, independente dos motivos que levam o poder público a construir unidades habitacionais para atender as demandas de habitação o acesso ao mercado de trabalho o indivíduo não dependerá somente dos fatores demográficos pessoais, mas também de outros elementos que que necessariamente devem estar ligados principalmente ao local de moradia. É claro que este processo de segregação laboral é mais evidente nas grandes cidades do que nas pequenas cidades. Como é destacado por Glasmeir e Farrigan (2007, p.226), a dinâmica do mercado nas cidades “tende a agregar os pobres, nas áreas metropolitanas menos desejáveis, onde pouco investimento é realizado”.

Enfim, a segregação laboral presente nos conjuntos habitacionais surge através dos impactos causados através da segregação socioespacial sobre as condições de vida da população e das famílias de baixa renda, afetando diretamente a vida dos indivíduos.

CONCLUSÃO

Mediante a reflexão aqui apresentada vimos que a cidade é produzida pela ação dos agentes modeladores do espaço, e por meio do Programa Minha Casa Minha Vida a dinâmica da segregação laboral dos grupos excluídos se faz presente com a criação dos conjuntos habitacionais, ou seja a atuação destes agentes na produção da cidade, demonstra que há de certa forma da necessidade de estabelecer um novo modo de sobrevivência sobretudo através da expansão do território urbano.

Uma das principais repercussões deste processo de expansão territorial por meio da implantação de conjuntos habitacionais diz respeito a desigualdade urbana, ou seja é uma parte da cidade (pobre) que não consegue entrar no mercado de trabalho porque não faz parte do mercado, e sendo assim maior parte dos trabalhadores são informais, são famílias numerosas que não tem condições de comprar uma moradia em uma área valorizada da cidade e pela localização de moradia o acesso ao mercado de trabalho uma vez que, de um lado, os bairros novos não possuem uma estrutura para atender esta demanda, e, de outro, o acesso a outros locais como por exemplo a escola muitas vezes é dificultada em decorrência da

distância. Desta forma o acesso dos jovens ao ensino superior como por exemplo, se torna comprometido o que refletirá na busca de um emprego no qual o mesmo poderá ser negado pela baixa qualificação.

Entretanto a partir da reflexão aqui apresentada podemos concluir que o Programa Minha Casa Minha Vida, de certa forma, atendeu as necessidades de grande parte dos brasileiros, com a entrega da casa própria à muitas famílias. Porém, sabe-se que as famílias não têm o poder de escolha no local de moradia sendo assim fica em evidência que o processo da segregação socioespacial isola aquela camada da sociedade menos favorecida, sobretudo cada empreendimento é implantado em uma determinada área da cidade, resultando em locais afastados não apenas dos locais centrais, mas também do comércio e dos serviços, provocando cada vez mais a segregação desses indivíduos no mercado de trabalho.

A partir do surgimento dos conjuntos habitacionais, os pontos de comércio que passam a ser visto no interior dos bairros são de forma precária conhecidos como os “puxadinhos” no qual serve para complementar a renda da família. Analisando o perfil de renda dessas pessoas podemos dizer que é considerada uma camada de pessoas pobres que estão sendo isoladas da sociedade, ou seja, uma exclusão social refletindo na sua localização no território urbano da cidade, sobretudo, na periferia urbana. Enfim, a discussão aqui trabalhada nos aponta para o fato de que a segregação laboral é provocada pela atual urbanização no país através das políticas públicas de habitação, aspectos que nos fazem refletir sobre a cidade e seus papéis, acentuando a fragmentação e segregação.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar Ed; 2003.

CANETTIERI, Thiago; PEREIRA, Thiago; LIBERATO, Rita. Uma contribuição para o entendimento da segregação urbana: exploração, dominação, valorização. **Revista Espinhaço**, Diamantina-MG, v. 4 n. 1. p. 3-13, maio 2015.

CARDOSO, A. **Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/download/adauto_polhab_brasil.pdf. Acesso em: 05 out, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano São Paulo: Paz e Terra, 2000. 590p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática. 2005.

GLASMEIR, Amy.; FARRIGAN, Tracey. Landscapes of inequality: spatial segregation, economic isolation and contingent residential locations. **Economic Geography**, v.83, n.3, p. 221-229, 2007.

HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. A destruição criativa da terra. In: HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres: Verso, 2012.

KLINTOWITZ, D. C.; RUFINO, M. B. C. A produção do programa minha casa minha vida na região metropolitana da baixada santista: reafirmação da configuração metropolitana e exclusão socioterritorial. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 3, p. 116-134, 2014.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000

LEFÈBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo-SP: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NEGRI, Sílvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial : alguns conceitos e análises. **Revista Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis - MT, v. 7, n. 08, p. 129-153, setembro 2008.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: SIMMEL, George et. al. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p.29-72.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Moradia Popular: As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 2, n. 20, Mar. 2009. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

SABATTINI, F.; SIERRALTA, C. Medição da Segregação Residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

SALAS, Minor M. e CASTRO, Franklin S.: Segregación urbana: un acercamiento conceptual. In: **Revista de Ciências Sociais**. Universidade de Costa Rica, Costa Rica, n.61, p. 17-26, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, p.73-74, 2007.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Segregação socioespacial: contradições presentes em Palmas/TO. **Risco Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, São Carlos - SP, n. 9, Janeiro 2009.

SOUSA, José Nilton de. A exclusão pela urbanização favela: governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Geographia**, Niterói-RJ, v. 5, n. 10, p. 45-77, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes: **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560p.

THÉRY, Hervé; MELLO THÉRY, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território**. São Paulo: EDUSP, 2018.

VIEIRA, Alexandre Bergamin.; MELAZZO, Everaldo Santos. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente-SP, v. 1, n. 10, p. 161-173, março 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

WHITAKER, J. S. **Produzir Casas ou Construir Cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: Labhab, Fupam, 2012.

Recebido em: 27/05/2019

Aprovado para publicação em: 26/07/2019